Sessão 2

DESCOLONIZANDO O TRANSFEMINISMO: TENSÕES E POSSIBILIDADES DE AÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Antonio César de Almeida Portugal⁴⁰
antoniocezarportugal@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente artigo propõe a partir de um mapeamento inicial do movimento *trans* (transexuais, travestis e transgêneros), uma etnografia política que investiga o Transfeminismo⁴¹ no Estado do Espírito Santo como um pretense movimento social, a fim de compreender através de uma análise crítica a sua invisibilidade social e política na arena pública em um contexto local dentro do Sul Global. Ao se discorrer o texto possibilita tal proposição pelo exame do referencial teórico dos novos movimentos sociais em conexão às teorias decoloniais. Desta forma problematiza as forças e os discursos refletidos nos sujeitos sociais subalternizados respectivos a este debate e evidenciando, portanto, os atores sociais insurgentes, seus projetos políticos e intelectuais e seus limites de atuação no campo sociopolítico atual. Destarte este artigo fornece informações valiosas, pois de acordo e relacionada com a interlocução teórica em proposição apresenta-se a ONG ASTRAES⁴² - uma organização que desenvolve projetos e promove ações locais -, e o projeto municipal do EJA⁴³ como forma de apreender as tensões e articulações políticas em torno dos debates que envolvem o movimento *trans* em âmbito local.

Palavras-chave: Estudos decoloniais; novos movimentos sociais; Transfeminismo; Espírito Santo.

Introdução

Considerações sugeridas pela teoria dos movimentos sociais em tempo atual – a partir de significações sociais, políticas e culturais –, traz à tona novos desafios ao inserir diferentes sujeitos coletivos até então deslocados da produção de conhecimento no mundo globalizado. Nos estudos de movimentos sociais contemporâneos tal perspectiva teórica atua com um papel determinante ao contribuir no entendimento de diferentes atores e mobilizações sociais – como o movimento transgênero – dentro de uma diversidade cultural e de uma multiplicidade de demandas sociais que se colocam na esfera pública.

⁴⁰ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Suas áreas de interesse e pesquisa são: teoria política contemporânea, pós-colonialismo, estudos de gênero/sexualidade, feminismo, mobilização da lei pela sociedade civil e pelos movimentos sociais. Desenvolve atualmente o Projeto de Iniciação Científica "Mobilizações Sociais LGBTs na Grande Vitória/ES - repertório de ações coletivas", orientado pela Prof^a Dr^a Cristiana Losekann. Participa do grupo de estudos em teoria política contemporânea no "Laboratório de Estudos Políticos" (LEP) na mesma universidade.

⁴¹ O Transfeminismo ou Feminismo Transgênero é um confronto reflexivo ou a articulação na aplicação de debates feministas a um discurso que insere e/ou representa as pessoas trans. Portanto, é um movimento intelectual e político que ressignifica a crítica referente à biologização do gênero como paradigma, assim, reconhecendo a pessoa trans como sujeito político potencializador da práxis do movimento feminista.

⁴² Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo.

⁴³ Escola de Jovens e Adultos.

Como uma incisiva ferramenta analítica e crítica na atualidade, as teorias decoloniais desmistificam o caráter opressor e excludente da racionalidade moderna do Norte Ocidental que impõe uma matriz intelectual e condiciona o eixo Sul ao status de colonizados do saber. Agregando a concepção de interculturalidade ao caráter contingente e provisório das identidades⁴⁴, o olhar decolonial do pensamento de mulheres discute que a essencialização da identidade é um dos processos de colonialidade do poder inseridos na construção do discurso ocidental de regulação dos corpos e desejos.

Este “mal-estar” intelectual sobre as múltiplas opressões remonta a invisibilidade sociopolítica incidente nos sujeitos sociais quando o recorte das discussões interseccionam categorias como gênero/etnia. Do mesmo modo, estas opressões se configuram de forma ainda mais excludente quando refletem sobre os modelos alternativos de sexualidade e corporalidade – o vínculo intrínseco entre colonialidade do ser e a colonialidade do sistema sexo/gênero. Com base nestes argumentos é possível configurar indagações sobre os rebatimentos desta lógica hegemônica do ser na problematização de invisibilidade da transexualidade e de suas respectivas formações políticas no contexto social.

O Transfeminismo, por ser um movimento recente em sua insurgência e organização no Brasil, tem a possibilidade de empoderar-se destas proposições emergentes de uma rede de solidariedade horizontal entre projetos teórico-críticos que pela grande aproximação interacional contribuem para esta discussão. A articulação deste panorama teórico formado entre os novos movimentos sociais e as teorias decoloniais ensaiam um compromisso de abertura de outras possibilidades de pertencimento que radicalizam a proposta política em análises do colonialismo, racismo e sexismo como vetores fundamentais e paradigmáticos na construção da racionalidade moderna ocidental e do capitalismo globalizado.

Portanto, este artigo é um convite a pensar sobre o Transfeminismo que, enquanto projeto político e intelectual, traz novos dilemas contemporâneos que potencializam a práxis de um pensamento feminista contra-hegemônico. Este pretense movimento social contribui para o reconhecimento de outras subjetividades que subvertem as ordens patriarcal e sexista ao construir estratégias que fomentem intervenções, articulando demandas que configurem uma melhor instrumentalização de plataformas políticas e projetos sociais em um “pluriuniverso

⁴⁴ Sobre a noção de identidades, neste texto é compartilhado o entendimento de que reafirmaria a exclusão se utilizássemos esta categoria como essencial – atributo natural e inerente aos sujeitos –, e, desta forma, reforçar a ação de adequação daquelas ao projeto normalizador da cultura dominante. No entanto, em correspondência à Preciado (2011) inspirada em Maurizio Lazzaroto “que distingue o biopoder da potência de vida, podemos compreender os corpos e as identidades [...] como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos [...]” (p. 12) produzidos socialmente, ou seja, uma identificação política.

de particularidades” – estas ações podem ser percebidas em nível local, como acontece no Espírito Santo.

Articulação crítico-reflexiva entre a teoria dos novos movimentos sociais e a perspectiva decolonial

Neste momento histórico em que a existência de uma fronteira na qual as transições democráticas é uma categoria fundamental para a reflexão crítica sobre o estudo entre movimentos sociais e democracia, Bringel e Echart (2008) levantam o debate que existem “novos atores sociais e formas de contestação política [...] circunscritas a dimensões específicas” (p. 458). A constituição de sujeitos como atores sociais é contextualizada por um cenário onde emerge tensões entre o universo instrumental e simbólico articulado à concepção de democracia moderna.

Outras dimensões categóricas identificadas no plano social pela teoria dos novos sociais são evidências de mudanças culturais ocorridas em um contexto histórico. A cultura, então, passa a ser utilizada como chave interpretativa no entendimento de diferentes atores coletivos.

Uma crise de paradigma nas Ciências Sociais, argumento sugestionado por Laclau (1986), proporcionou uma revisão interna epistemológica, teórica e metodológica que questionou os pressupostos da racionalidade moderna. Seguindo esta lógica as teorias decoloniais propõem um processo de descolonização do conhecimento que coloca como centro a relação de embate do saber-poder entre Norte e o Sul Global. Portanto, estas como abordagens críticas do pensamento hegemônico da modernidade, vêm a contribuir com o aprofundamento no entendimento de mobilizações sociais resgatando elementos que dão corpo à uma perspectiva que pretende interseccionar teorias de classe e culturalistas nas “múltiplas formas de opressão e discriminação simbólica em relação aos segmentos sociais colonizados, e da respectiva exclusão e/ou subalternidade destes segmentos no plano do fazer político, no cotidiano societário e nas instituições” (SCHERER-WARREN, 2010, p. 20).

A partir disto, segundo balanço analítico de Scherer-Warren (2010),
houve avanços teóricos pelo entendimento das opressões e discriminações que ocorrem em torno das diferenças socioculturais; houve perdas pela pouca relevância atribuída ao problema das desigualdades sociais e as raízes históricas dos processos de colonização, que incluem e articulam dimensões de múltiplas de dominação que vão do econômico ao social, do social ao cultural, do cultural ao ideológico, do ideológico ao político e vice-versa (p. 19-20).

O Transfeminismo combina questões que são explicitadas na teoria dos novos movimentos sociais e das teorias decoloniais. Ao trazer o entendimento de uma dimensão simbólica diferenciada, a mobilização política de pessoas *trans* pela efetivação de demandas sociais em um cenário de ampliação da democracia caracteriza o feminismo transgênero como um novo movimento social insurgente. Nas questões sobre transexualidade e suas questões conflituosas relativas ao imaginário do erótico no contexto da América Latina e Brasil, a perspectiva decolonial na proposição de construir uma racionalidade sobre gênero alternativa à hegemônica que emancipa os indivíduos rompe com paradigmas que incrementam um sistema de opressão que determina o modelo de construção dos corpos.

A colonização do “poder” e do “ser” na transgeneridade

No processo cognitivo das relações de poder Walsh (2008) traz impressões importantes dos estudos decoloniais sobre dimensões da colonialidade a partir de alguns eixos⁴⁵ que se entrelaçam como formas de dominação e que evidenciam os padrões da matriz colonial na racionalidade capitalista moderna. Com a instituição da sociedade moderna e de suas respectivas estratégias de dominação ideológica, as concepções de colonialidade do sistema sexo/gênero foram utilizadas como uma das ferramentas intelectuais que justificaram o processo de colonização das Américas.

Conforme Lugones (2008) nas discussões das “feministas de cor”⁴⁶ e outras contribuições a partir das discussões de feministas lésbicas na América Latina, o nível de opressão se enraíza a partir da intersecção de diversas categorias e se expressam em escalas de não-reconhecimento e de representação social e política subalternizada. Conforme denominado por Anzaldúa (1987), um pensamento fronteiro expressa as limitações de identidades autênticas, e assim fornece elementos importantes para compreender as imposições de um culturalismo que delimita lugares em que aquelas são marcadas por subordinações de gênero, sexual, racial, étnica ou de classe.

O movimento de encaixe destas perspectivas teóricas, percorridas ao longo do texto, no pensar sobre a transgeneridade, Butler (2003) contribui ao afirmar que o gênero é um campo politicamente neutro onde a cultura atua e os trânsitos de gênero são antinaturais e patológicos. Embora exista a tentativa de promoção de discussões emancipatórias, ao longo

⁴⁵ Walsh (2008) em seu artigo tece informações relevantes sobre os rebatimentos no social das relações de dominação a partir da colonialidade do poder, do ser e da natureza.

⁴⁶ Lugones (2008) utiliza o termo “mulheres de cor”, “[...] originado en los Estados Unidos por mujeres víctimas de la dominación racial, como un término coalicional en contra de las opresiones múltiples. No se trata simplemente de un marcador racial, o de una reacción a la dominación racial, sino de un movimiento solidario horizontal.” (p.75)

do século a construção discursiva expressa em um pavor do erótico relacionado às questões da transexualidade faz com que a transgeneridade continue sofrendo contínuos processos de exclusão e invisibilidade social, renegando-a a um universo obscuro dos sujeitos dissidentes.

Nas primeiras três décadas do século XX, na Argentina, Brasil e outros países da América Latina, eugenistas, físicos, psiquiatras e juristas engajados em campanhas para “medicalizar” o que se tornou cada vez mais conhecido como homossexualidade, alegaram que esse assunto não era uma questão meramente moral, [...] mas algo que também requeria ação de profissionais cujo objetivo era atentar para os riscos dessa “doença” social e pessoal. (Green, 2003, p. 22).

Touraine (1989) já havia sugerido que “existe uma tendência muito forte a “medicalizar” problemas sociais”, portanto, “trata-se evidentemente de um mecanismo de redução dos problemas sociais a problemas de marginalidade” (p. 13) com uma inclinação recorrente em criminalizar e patologizar reivindicações sociais consideradas dissidentes – no caso da transexualidade estes questionamentos se referem à cirurgia de adequação sexual⁴⁷.

É necessário deslocar os impasses desta matriz colonial de pensamento – o que Lugones (2008) chama de “o sistema moderno-colonial de gênero” – para uma discussão crítica mais profunda sobre cidadania que transponha as formas de significação atribuídas ao gênero. Esse movimento desencadeia um processo de desontologização dos sujeitos de uma política normalizadora das identidades e, por conseguinte, desvia a base natural (diferença sexual) que legitima e estrutura uma padronização na construção dos corpos.

Dialogando a partir de uma nova proposta de gramática conceitual direcionando o olhar para experiências coletivas deslocadas

Em análises sobre o regime disciplinar e regulações dos corpos em determinados espaços, a partir do significado de biopoder, Foucault (1988) aponta as amplas estratégias dos estados modernos ocidentais em regular e subjugar os corpos. Este controle social impõe uma normalização dos corpos, ou seja, configuram uma biopolítica envolta nas padronização de modelos de corporalidade.

Em determinado momento e em contrapartida, o movimento feminista se radicaliza na medida em que sua postura passa a ser uma vertente crítica às estruturas de poder nas quais as mulheres são associadas à categorias inferiorizadas no mundo Ocidental como emoção, corpo, reprodução, natureza. No decorrer histórico a aproximação dialética entre os estudos

⁴⁷ Vertentes atuais discutem que a modificação corporal na transexualidade não é um ponto crucial para sua identificação de gênero. Até mesmo por que se fosse desta forma estaria ratificando a lógica binária reproduzida historicamente, a qual as análises mais críticas tentam se desvencilhar desta biopolítica ocidental dos corpos.

feministas com os estudos sobre sexualidade, caracterizado ambos pela contraposição categórica e hierárquica ao projeto moderno do sistema sexo/gênero, emerge assim o campo analítico dos estudos queer ou Teoria Queer. Os estudos contemporâneos sobre sexualidade esforçam-se então em desconstruir o sistema de subalternidade das identidades, onde o que é dito normal se funde ao que é normativo – o normal refere-se ao que é esteticamente determinado, e o normativo ao moralmente determinado.

Escobar (2003) aponta em suas análises nos estudos sobre atores políticos e formas de colonialidade o compromisso com que a Teoria Queer tem radicalizado as percepções sobre as identidades, pois segundo o autor entende-se que a desessencialização das identidades significa assumir seriamente todas as identidades (p. 75).

Outras discussões complementares como a de Gaard (2011) diz que várias formas de opressão, como partes de uma lógica de dominação, estão intrinsecamente ligadas e se retroalimentam. Seguindo este raciocínio a mesma autora desenvolve um argumento inserido neste sistema destacado que toda prática efetivada no universo do erótico que não tem como objetivo a reprodução é categorizada como dissidente – o que chama *de erotofobia*. Por conseguinte, a construção do imaginário erótico interseccionam elementos singulares, sendo um destes a construção estética dos corpos que se relaciona diretamente com a ordem gênero, sexualidade e a reprodução. Isto posto, a transexualidade subverte e complexifica todos elementos acima destacados, abrindo e ampliando novas fronteiras analíticas em um movimento de reconhecimento pluralizado do outro.

Escola de Jovens e Adultos (EJA) e ONGs: possibilidades e limites de (trans)formação da arena sociopolítica no Espírito Santo

A representação social e suas implicações na produção de formas de reconhecimento nas esferas social, cultural e política estão relacionadas com a memória e a experiência. A política referenciada nas experiências pode cambiar as formas de representação, contudo, a práxis política deve articular uma política de reconhecimento e uma política de representação, segundo Scherer-Warren (2011). Ao assegurar as vozes políticas de minorias sociais, seus rebatimentos possibilitam ampliar a capacidade de absorver e articular suas respectivas demandas sociais e, assim, reconfigurar de forma mais eficaz as estratégias de instrumentalização de ações políticas concretas na esfera pública. Logo o objetivo é de proporcionar maior visibilidade às pessoas trans e de fortalecimento político aos movimentos frente às opressões, subordinações e injustiças – transpondo estes argumentos

aos debates de Fraser (2007), é desempenhar o ato de reconfigurar uma justiça de gênero sob as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação.

Todavia, na negociação de pautas políticas, o direcionamento das ações coletivas é

atuar cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político [...] através de que elementos materiais e simbólicos, referenciais normativos, circuitos identitários e formas de inserção nas redes se constroem nexos politicamente significativos e emancipatórios (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Há de se considerar notório construir uma gestão política capaz de questionar a universalidades no plano da concretude destas ações, incrementada por pertencimentos plurais no âmbito de todas as esferas sociais. Assim, conforme Wallerstein (2007), a alternativa possível seria aliar “universalidades” e “particularidades” no campo dos direitos, ou seja, “uma multiplicidade de universalismos, que lembrar uma rede de universalismos universais” (p. 124).

As abordagens do movimento trans e os avanços políticos estabelecidos no campo social no Estado do Espírito Santo é uma tarefa inquietante ao deparar-se com as especificidades existentes e as articulações que o movimento apresenta ao longo da construção de sua história política. As ações são construídas em um campo contraditório e ambíguo, em uma tensão entre a captação – de recursos materiais e simbólicos para possibilitar o desenvolvimento de políticas propositivas –, e a cooptação – das mobilizações sociais, neutralizando-as e despolitizando-as por introduzir suas lutas e demandas em um processo no qual o ativismo local é substituído pela atuação política em moldes institucionais.

A fim de melhor entender a rede de elementos que configuram as questões sociopolíticas locais referentes aos sujeitos transgêneros, foi utilizado uma abordagem etnográfica articulado à instrumentalidade analítica da ciência política como forma de levantamento inicial para mapear e identificar a origem do movimento, e para buscar reconhecer os sujeitos excluídos do reconhecimento de direito, pois aqueles em uma “[...] realidade social dentro do contexto atual da luta de direitos, passam a existir socialmente, cobrando sentido para as ações dos diversos agentes” (ALONSO, 2008, p. 24). Considera-se, então, que existe no fazer etnográfico uma interlocução entre os atores numa rede de significações onde é considerada a autoridade de quem fala⁴⁸, e que articulada à teoria antropológica são propostas reflexões teóricas sobre as estruturas relacionais na práxis política dos sujeitos existentes. Desta forma, o desdobramento e a relevância de uma

⁴⁸ Proposição encontrada no artigo ALONSO (2008) que foi inspirada em Malinowski (1935; 1985).

etnografia política se reflete na produção de uma compreensão concreta sobre o sistema de funcionamento sociopolítico inserida em um “complexo de subjetividades”, capazes de provocar efeitos nas estruturas sociais, na reflexão sobre os processos políticos e na viabilização de ações políticas⁴⁹.

Dois aspectos observados em campo foram eminentes para a construção das análises a partir do tema proposto neste artigo – a ONG ASTRAES na cidade de São Mateus⁵⁰ e o projeto municipal do EJA (Escola de Jovens e Adultos). Embora todas as limitações e conflitos inerentes que existem nas arenas políticas na relação Estado, mobilizações sociais e políticas públicas – neste caso especificamente a deslegitimação e patologização da identidade *trans* -, as articulações ocorridas ao longo do fazer político são oportunidades de instrumentalizar as ações de visibilidade e como estratégia de fortalecimento político emancipatório. Ainda que um contexto delimitado e precário, mesmo assim existe a possibilidade de reverter e ressignificar simbolicamente instituições opressoras.

Neste contexto, ações estratégicas são desenvolvidas com o objetivo de transpor entraves sociopolíticos, assim como as lutas das pessoas *trans* pelo reconhecimento social. O movimento pelo reconhecimento perpassa pela necessidade de fortalecimento de suas identidades para que, na medida em que os conflitos intersubjetivos são fundamentados na referência negativa relacionada a estes sujeitos e pela “[...] denegação de direitos, que mina a possibilidade de auto-respeito, à medida que inflige ao sujeito o sentimento de não possuir o status de igualdade [...]” (MENDONÇA, 2007, P. 173), em contrapartida construa-se ações propositivas que lhes proporcione maior autonomia na sociedade. Todavia uma das dimensões do reconhecimento⁵¹ é a estima social, no sentido de um prestígio adquirido pelo sujeito por sua contribuição de algo concreto na sociedade. Em vista disso, existe a possibilidade de entender que a legitimidade deste processo pode ser proporcionada a este indivíduo por estar inserido no processo educacional – que o prepare minimamente para poder atuar como sujeito ativo no sistema socioeconômico –, ou por meio de pressão do Estado pela da sociedade civil para garantir que demandas sociais sejam atendidas através de políticas institucionais – podendo este papel ser transferido e executado por ONGs no âmbito local.

Sobre as ONG’s na realidade cotidiana de participação política local dos transgêneros, esta é uma importante estratégia de visibilidade e reconhecimento social ao produzir pressão política na arena de disputas por cidadania ampla. Conforme Escobar (2005) em sua noção de

⁴⁹ Questionamento semelhante pode ser encontrado, a título de informação, no livro de Marcio Goldman (2006).

⁵⁰ Município do litoral Norte do Espírito Santo (ES).

⁵¹ O desdobramento da discussão sobre a noção e dimensões do reconhecimento social é desenvolvido por Axel Honneth.

“pós-desenvolvimento”, os novos movimentos sociais e ONG’s articulados a produtores de conhecimento são um dos principais atores, pois criam diferentes alternativas no processo de estabelecimento de outros indicadores de qualidade de vida em projetos de vida coletiva. Vale ressaltar que tais ações se desenvolvem sob um contexto contraditório e são configuradas em um campo de força antagônico; uma análise crítica de Chandhoke (2003) em relação à atuação de ONGs internacionais em sociedades locais permeadas por tensões entre projetos local e global, sugere que estas ameaçam o potencial democrático de resistência e contestação da sociedade civil e também legitimam a não-performance do Estado – concomitantemente o Estado cria mecanismos de controle e regulação da atuação das mesmas de acordo com a temporalidade no circuito de interesses políticos.

Um ponto interessante a se analisar no contexto do estado do Espírito Santo está nas oportunidades criadas de pessoas trans atuarem como gestoras de projetos sociais ligados a ONG local (ASTRAES) em parceria com Estado, principalmente relacionadas à prevenção DST/AIDS – como Green (2003) aponta em seu estudo, estruturação da qual continua a ser reproduzida atualmente no estado, que frequentemente em 1980 e 1990 a história do ativismo no campo da sexualidade “[...] se formou em torno da AIDS, ligado a educação, prevenção e assistência [...]” (p. 31). Há de se considerar que essa parceria entre mobilização da sociedade civil e governo, é um campo conflituoso. Existe uma tensão ideológica contínua e que se renova a cada mudança de Governo, refletindo, desta forma, nas possibilidades de maior ou menor materialização na atuação política de acordo com o direcionamento e interesse da gestão governamental vigente. Contudo, também existem as limitações financeiras por depender de verbas direcionadas aos projetos públicos e por se um planejamento vinculado ao PAM⁵² Municipal, plano este apresentado pelo Gestor de Saúde e aprovado pelos conselhos de saúde locais.

A trajetória de ação política da ASTRAES no cenário capixaba apontam ações marcantes, dentre estas um aspecto interessante a se destacar são as parcerias que surgem com outros movimentos atuantes na localidade. Relevante entender as motivações destas parcerias e os desdobramentos da formação desta “rede social”, como argumenta Costa (2006) utilizando conceito de outros autores⁵³, ao definir que estas redes são

processos de interação social não apreensíveis a partir da idéia de grupo social, quando as relações sociais aparecem altamente complexificadas entre indivíduos de pertencimentos distintos, sobretudo nas sociedades complexas

⁵² Considerações sobre o PAM (Plano de Ações e Metas) pode ser acessado no site: <http://www.aids.gov.br/pagina/o-que-e-transferencia-fundo-fundo>.

⁵³ Conf. Bott (1976) e Mitchell (1969).

urbanas. (p.37)

Destarte foi desenvolvida uma articulação com movimento negro local, a qual gerou um projeto com atuação na comunidade quilombola em São Mateus articulado em parceria com a Prefeitura da Cidade e a ONG ASTRAES. O objetivo do projeto era empoderamento da mulher quilombola através das questões de saúde e prevenção e a dinâmica utilizada era de encontros periódicos, promovendo debates de assuntos em torno da sexualidade e do universo da mulher, os quais eram levantados de acordo com a fala em tempo real das mulheres presentes⁵⁴.

Direcionando e articulando os debates às áreas da educação e da sexualidade, com enfoque nos processos de exclusão e inclusão social da população LGBTTTTIQAS⁵⁵, estudos denotam que “[...] a discriminação é uma prática social que marca o cotidiano das escolas. Opera a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais [...]” (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 9), como o ciclo de evasão escolar que distancia travestis e transexuais das salas de aulas.

Em pesquisa nacional sobre Juventudes e Sexualidade publicada em 2004, a UNESCO reconhecia o ambiente escolar como espaço marcadamente violento e hostil para pessoas LGBT no Brasil. Baseados nestes pressupostos, diretrizes do PNE (Plano Nacional de Educação) 2011/2020 e do documento-referência do CONAE (Conferência Nacional de Educação) 2014 apontam a preocupação em garantir à população a acessibilidade de políticas pedagógicas, com gestões específicas e formação contínua de profissionais da educação que atuem no “[...] reconhecimento e valorização da diversidade, com vistas à superação da segregação [...] de gênero e de orientação sexual” (CONAE, p. 15), na perspectiva de direitos humanos e adotando práticas de superação do preconceito à alteridade em diversos eixos. Portanto, diretrizes objetivas seguidas de estratégias específicas de concretização do desenvolvimento da Educação culminam em ações políticas de universalização e ampliação do acesso, com a inclusão de minorias em projetos em nível nacional e local.

A política de EJA tem atuado em âmbito nacional, como um marco de políticas afirmativas voltado para pessoas *trans*. Este projeto social tem como finalidade acolher possíveis sujeitos sociais com distintas trajetórias de exclusão e marginalização do sistema

⁵⁴ Não sendo o único objetivo das reflexões desta pesquisa, um estudo mais detalhado sobre a ONG ASTRAES articulado à realidade social das pessoas *trans* foi melhor desenvolvido em outro artigo com o intuito de entender a configuração e o desenvolvimento deste debate no contexto específico do Estado do Espírito Santo. Tal artigo pode ser acessado nos anais eletrônico do III Seminário Enlaçando Sexual, sob o título “Gênero em (trans)ito: abordagens no Estado do Espírito Santo” (2013). Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/2013/06/13/1735/>>.

⁵⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Queers, Assexuais e Simpatizantes, ou referenciada de forma simplificada com a sigla “LGBT”.

regular de ensino, com ações propositivas voltadas para a elevação de escolaridade e reinserção escolar – dentre os quais a população LGBT.

No contexto do estado do Espírito Santo o Projeto Básico de Implementação da Escola de Educação de Jovens e Adultos Professor “Admardo Serafim de Oliveira” (EMF EJA “ASO”), como referencial de campo utilizado na pesquisa dentro município de Vitória/ES, propõe em sua estrutura curricular inclusão das questões sobre a diversidade sexual e, também, a captação e inserção ao projeto de sujeitos e/ou grupos sociais relacionados diretamente as questões propostas no artigo. Ocorrido em 2011, um dos desafios postos pela pluralidade dos sujeitos atendidos pelo projeto e devido à sensibilização promovida pela SEMCID⁵⁶ de uma demanda emergente foi compelir aos educadores a construção e efetivação de um sistema de educação pluralista, onde existisse dentre os princípios norteadores o direcionamento de um sistema não-homofóbica e não-lesbofóbica – incluindo o eixo da “Diversidade Sexual” no projeto político pedagógico. As ações desencadeadas para este fim, com intuito de abarcar estes sujeitos, desencadearam a possibilidade de acesso e permanência destes sujeitos em uma educação que promove dentro do espaço físico da escola o combate e a desconstrução de preconceitos.

Aprofundando as questões há de se considerar que, pensar em ações afirmativas que promovam e incorporem a perspectiva da interculturalidade, é fundamental ter uma visão “pluriuniversal” sobre o fenômeno para possibilitar a elaboração de estratégias eficazes de enfrentamento neste processo, pois, em um ambiente escolar com aparente tolerância (silenciosa), paralelamente pode estar sendo criadas diferentes áreas de interface que perpetuam a exclusão ou subordinação. Portanto e nesse sentido, o mascaramento ou (não)reconhecimento da pluralidade no campo da sexualidade “[...] pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças” (DINIS, 2008, apud LOURO, 2001, p.89). O aspecto do silêncio, importante frisar, pode representar símbolos de uma violência que desumaniza a pessoa *trans*, passando esta a ser um mero “[...] personagem [...] Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas suas condutas [...] inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre” (Foucault, 1988, p. 50). Assim sendo, um espaço considerado singular para o exercício da cidadania e da garantia do direito humano à educação pode se mostrar, ambigualmente, como espaço para a reprodução e reiteração de condições de subalternidade.

⁵⁶ Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos no estado do Espírito Santo.

Considerações finais

Ao examinar as contribuições teóricas propostas neste estudo é possível dar inteligibilidade às percepções em como o Transfeminismo se configura e atua na esfera pública no estado do espírito Santo. A transgeneridade é parte fundante em um sistema de dominação como perspectiva categórica subalterna nos estudos decoloniais; o reconhecimento social, a identidade política e a auto-representação são partes integrantes de sua existência social, fazendo-se importante as análises do funcionamento desta rede de ações políticas e sociais para entender as reproduções existentes e em que contextos estas ações se operam. Estas são questões de um processo complexo, contingente e passível de transformações ao longo de sua dinâmica.

Neste sentido, feito o reconhecimento de possíveis protagonistas sociais no espaço local de sua origem foi exequível analisar os fluxos de ações e interesses que convergiram na fundação da ONG ASTRAES e na implantação de alguns projetos sociais com um panorama intercultural, como o EJA. É de grande importância para o desenvolvimento analítico entender que projetos de diferentes interesses e com trajetórias particulares em negociação são campos férteis para materialização de ações, e que estes processos de desenvolvimento destas relações se inserem numa rede social em prol de um projeto que amplie o cenário democrático.

Ainda há muito a reivindicar nas ações de lutas das transfeministas para viabilizar processos mais participativos nas arenas políticas, com o objetivo de ampliar e consolidar conquistas em um cenário realmente democrático para as pessoas que transitam no campo da transgeneridade. Criar, assim, possibilidades de práticas concretas de uma rede de solidariedade horizontal, ao qual seja considerado o discurso e as ações produzidas pelos múltiplos sujeitos coletivos que dão corpo as organizações civis. Para concluir, talvez como proposta de um planejamento futuro, interessante seria indicar um conjunto de ações para identificar a diversidade de mobilizações sociais que atuam no estado do Espírito santo, e como desafio examiná-los no sentido de uma investigação crítica (pro)positiva e de empoderamento dos mesmos. Desta forma, configurar uma cartografia política destes movimentos para que seja viável ampliar e experienciar a articulação em rede como proposta de estratégia emancipatória.

Referências bibliográficas

ALONSO, Sara. “O Fazer Etnográfico: políticas, mediações e definição de grupos” in: *XI Congreso de Antropología de la FAAEE*. Barcelona: Edição Donostia, Ankulegi Antropologia Elkartea, p. 15-35, 2008.

ANZALDÚA, Gloria. *Boderland / La frontera: The new Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. “Movimentos sociais e Democracia: os dois lados das “fronteiras” in: *Caderno CRH*. Salvador: v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHANDHOKE, Neera. *The conceits of civil society*. Oxford: University Press, 2003.

COSTA, Sandra Regina Soares. *Universo Sonoro Popular: um estudo da carreira de músico nas camadas populares*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 223 f., 2006.

DINIS, Nilson Fernandes. *Educação, relações de gênero e diversidade sexual*. Campinas: Educ. Soc., v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.

ESCOBAR, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad / colonialidad latinoamericano” in: *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 01, p. 52-86, enero/dic. 2003.

_____. “El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social. Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización (coord. Daniel Matos) in: *Facultad de Ciencias Económicas y Sociales - Universidad Central de Venezuela*. Caracas: p. 17-31, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação” in: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

GAARD, Greta Clair. “Rumo ao ecofeminismo queer” in: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 19, n. 1, p. 197-223, jan./abr. 2011.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a Democracia. Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 367 f., 2006.

GREEN, James N. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina” in: *Cadernos AEL, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas: v. 10, n. 18/19, p. 13-43, 2003.

LACLAU, Ernesto. “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social” in: *Revista Brasileira de Estudos Sociais*, v. 1, n. 2, p. 01-09, out. 1986.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Ed.

UnB, Letras Livres, 2009.

LUGONES, María. “Colonialidad e Género” in: *Tabula Rasa*. Bogotá: n. 09, p. 73-101, jul./dic. 2008.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. “Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano” in: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Edição n. 0, v. 29, Nov. 2007, p. 169-185.

PRECIADO, Beatriz. “Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’” in: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

RODRIGUES, Léo Peixoto. “Estruturalismo, pós-Marxismo e elementos da Teoria do discurso de Ernesto Laclau” in: *I ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS/III ENCONTRO DE CIÊNCIAS DO SUL: DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO, IDENTIDADE*. Anais eletrônicos ... Pelotas: p. 1-12, 2008.

SANTOS, Ana Cristina. “Estudos Queer: Identidades, contextos e acção colectiva” in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, p. 03-15, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais” in: *Revista Sociedade e Estado*. Brasília: v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. “Rede de movimentos sociais na América Latina: Caminhos para uma política emancipatória?” in: *Caderno CRH*. Salvador: v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

_____. “Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina” in: *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n.1, p. 17-26, jan./abr. 2010.

_____. “Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais” in: *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lüchmann (org.). Florianópolis: Editora da UFSC, p. 17-35, 2011.

TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos” in: *Lua Nova*. São Paulo: n. 17, p. 5-18, 1989. ISSN 0102-6445

WALSH, Catherine. “Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-espistémicas de refundar el Estado” in: *Tabula Rasa*. Colombia: n. 09, p. 131-152, jul./dic. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.